



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL**

A **REDE SUSTENTABILIDADE**, partido político com representação no Congresso Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.981.188/0001-07, com sede na SDS, Bl. A, CONIC, Ed. Boulevard Center, Salas 107/109, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70391-900, contato@redesustentabilidade.org.br, vem, por seus advogados abaixo-assinados, conforme procuração (anexo 2), com fundamento no disposto no art. 102, § 1º, da Constituição Federal de 1988, e na forma da Lei 9.882/1999, propor

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL
(com pedido de medida cautelar)**

em face do Decreto s/n do Presidente da República de 21/04/2022, publicado no DOU no mesmo dia (Edição 75-D, Seção 1, Extra D), que concedeu “graça constitucional a Daniel Lucio da Silveira, Deputado Federal, condenado pelo Supremo Tribunal Federal, em 20 de abril de 2022, no âmbito da Ação Penal nº 1.044, à pena de oito anos e nove meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos: I - no inciso IV do caput do art. 23, combinado com o art. 18 da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983; e II - no art. 344 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal”¹, o que afronta os preceitos mais basilares da Constituição Federal, como se passa a sucintamente expor.

¹ Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-de-21-de-abril-de-2022-394545395>>. Acesso em 22/04/2022.

I. BREVE SÍNTESE DOS FATOS

1. Como amplamente sabido², em 20/04/2022, esta Colenda Corte Suprema condenou o deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) a oito anos e nove meses de reclusão, em regime inicial fechado, por crimes de ameaça ao Estado Democrático de Direito e coação no curso do processo. Para a maioria do Plenário, as declarações que motivaram a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) não foram apenas opiniões relacionadas ao mandato e, portanto, não estão protegidas pela imunidade parlamentar nem pela liberdade de expressão.
2. O relator da Ação Penal (AP) 1044, ministro Alexandre de Moraes, afirmou que a PGR comprovou, por meio de vídeos e registros de sessões da Câmara dos Deputados e da audiência de instrução, a materialidade delitiva e a autoria criminosa das condutas relatadas pela acusação. “Em seu interrogatório, o réu confirma o teor das falas criminosas apontadas na denúncia, reafirmando as ameaças efetivamente proferidas”, salientou.
3. O ministro destacou que, na época em que as **ameaças** foram feitas, já havia um procedimento penal contra Daniel Silveira em tramitação no STF, o que configura o crime de tentar impedir, com emprego de violência ou grave ameaça, o livre exercício do Poder Judiciário. Como exemplo, o relator lembrou que Silveira afirmou que já havia imaginado, “por várias e várias vezes”, o ministro Edson Fachin “na rua, levando uma surra”, junto com outros ministros.
4. O ministro salientou que, além de ameaças físicas, o deputado citou, de modo expreso, a cassação de ministros do STF e disse que desejava “um novo AI-5” para essa finalidade. Para o relator, a gravidade das **intimidações** teve potencial danoso relevante, especialmente porque foram disseminadas em ambiente virtual e amplamente divulgadas pela mídia e entre os seguidores de Silveira.
5. Para o relator, o parlamentar buscou **favorecer seu próprio interesse** porque, na

² Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=485660&ori=1>>. Acesso em 22/04/2022.

condição de investigado em inquérito instaurado pelo Tribunal, tentou evitar, a todo custo e de forma ilícita, a possibilidade de condenação e, conseqüentemente, evitar o risco de se tornar inelegível pela determinação da perda de seu mandato.

6. O ministro afirmou que a justificativa apontada pela defesa de que as declarações teriam ocorrido por suposta “raiva” ou “desabafo” não se confirmou na instrução penal, pois, no momento de sua prisão em flagrante, Silveira gravou e divulgou novo vídeo **reiterando as ameaças**, citando nominalmente integrantes da Corte, com menção expressa à sua disposição de “matar pelo seu país”.

7. Na avaliação do relator, o deputado, ao dizer diversas vezes que estava amparado pela imunidade parlamentar, tentou utilizar essa garantia constitucional “como escudo protetivo para práticas de condutas ilícitas”. Ele lembrou que, em pronunciamento na Câmara, na manhã de hoje (20), o parlamentar voltou a ameaçar o STF.

8. O relator afastou a alegação da defesa de que a acusação estaria prejudicada em razão da revogação da Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983) pela Lei 14.197/2021, após a aceitação da denúncia, pois as condutas descritas na LSN continuam na nova norma, apenas com tratamento e sanções diversas. Dessa forma, a nova norma deve ser aplicada de forma retroativa apenas nos pontos em que beneficia o réu.

9. Em razão da gravidade das condutas, o relator propôs a condenação de Silveira a oito anos e nove meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelos crimes de incitação à abolição violenta do Estado Democrático de Direito (artigo 23, inciso IV, combinado com o artigo 18 da Lei 7.170/1983) e coação no curso do processo (artigo 344 do Código Penal). Entre os efeitos da condenação, determinou a suspensão dos direitos políticos e a perda do mandato parlamentar.

10. A condenação abrange, ainda, 35 dias-multa no valor de cinco salários mínimos, corrigidos monetariamente na data do pagamento (R\$ 212 mil, em valores atuais).

11. O voto do relator foi seguido, integralmente, pelas ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia e pelos ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Luiz Fux.

12. O ministro Nunes Marques, revisor da ação penal, divergiu do relator e votou pela improcedência da ação penal, por entender que Silveira apenas fez duras críticas aos Poderes constitucionais, que, a seu ver, não constituem crime, nos termos do artigo 359-T do Código Penal.

13. O ministro André Mendonça divergiu apenas parcialmente do relator e votou pela condenação de Silveira apenas em relação ao crime de coação no curso do processo, propondo a pena de dois anos e quatro meses de reclusão, em regime inicial aberto, e 130 dias-multa. No entanto, ele absolveu o parlamentar das acusações de incitar a animosidade entre as Forças Armadas e o STF e pela suposta tentativa de impedir o livre exercício dos Poderes da União. Para ele, apesar do alto grau de reprovabilidade, a conduta não se enquadra no tipo penal atual.

14. Ou seja, Excelência, o Tribunal, por amplíssima maioria, entendeu pela adequação das condutas do deputado a dois gravíssimos tipos penais: crimes de incitação à abolição violenta do Estado Democrático de Direito (artigo 23, inciso IV, combinado com o artigo 18 da Lei 7.170/1983) e coação no curso do processo (artigo 344 do Código Penal).

15. A decisão, obviamente, foi bastante aplaudida por todos os setores democráticos e republicanos da nossa sociedade. À revelia disso, contudo, rincões de segmentos sociais justamente representados pelo deputado condenado, cujo comportamento não é/foi/vem sendo exatamente alinhado à manutenção do Estado Democrático de Direito, ficaram inconformados com a decisão. Evidentemente, críticas dentro de uma razoabilidade sempre são aceitas e bem-vindas, inclusive como mecanismo de amadurecimento e evolução das instituições. Entretanto, animosidades excessivas, inclusive do ponto de vista de comportamentos institucionais, não são aceitas em uma República. E, infelizmente, o Presidente da República, por meio do ato ora impugnado, deu a maior representação possível de uma animosidade

institucional excessiva.

16. Com efeito, imediatamente após a tomada de decisão pelo Plenário da Corte – sem que sequer haja publicação do *decisum* ou, ainda menos, seu trânsito em julgado –, o Presidente da República houve por bem *derrubar o tabuleiro* do jogo democrático e republicano. Não satisfeito com o resultado do julgamento, que sequer é definitivo, resolveu portar-se como uma instância revisora de decisões judiciais, à revelia da dinâmica constitucional insculpida pelo mais basilar fundamento do constitucionalismo moderno: a separação de Poderes.

17. E os *fundamentos* alegados para a tomada de referida decisão não poderiam ser mais inadequados. Veja-se, nessa linha, os *considerandos* elencados pelo Presidente na edição do ato administrativo:

Considerando que a prerrogativa presidencial para a concessão de indulto individual é medida fundamental à manutenção do Estado Democrático de Direito, inspirado em valores compartilhados por uma sociedade fraterna, justa e responsável;

Considerando que a liberdade de expressão é pilar essencial da sociedade em todas as suas manifestações;

Considerando que a concessão de indulto individual é medida constitucional discricionária excepcional destinada à manutenção do mecanismo tradicional de freios e contrapesos na tripartição de poderes;

Considerando que a concessão de indulto individual decorre de juízo íntegro baseado necessariamente nas hipóteses legais, políticas e moralmente cabíveis;

Considerando que ao Presidente da República foi confiada democraticamente a missão de zelar pelo interesse público; e

Considerando que a sociedade encontra-se em legítima comoção, em vista da condenação de parlamentar resguardado pela inviolabilidade de opinião deferida pela Constituição, que somente fez uso de sua liberdade de expressão;

18. Lendo as pretensas justificativas, parece ao partido ora arguente, com o perdão da expressão, que o Presidente da República realmente não compartilha do mesmo senso de realidade de 99% dos brasileiros. Ao invés de se preocupar em combater os deletérios efeitos da inflação, das emergências sanitárias e do desemprego, preocupa-se em fazer uma falsa

defesa de o que é, tão somente para si, liberdade de expressão, a pretexto de ir ao encontro de uma suposta comoção social com um julgamento praticamente unânime do mais alto Tribunal do país. Ora, Excelência: em um governo onde parecem existir inúmeros gabinetes e instituições paralelas, parece-nos que temos o próprio Presidente em um Brasil paralelo. Ou será que, novamente com o perdão do termo, se trata de um Presidente paralelo ocupando a cadeira presidencial?

19. Com efeito, o Presidente parece se esquecer da mais básica lição do autoritarismo nazifacista: quando homens republicanos e democráticos são iludidos pelo *canto da sereia* de que vale a pena aceitar que a liberdade de expressão abarque discursos de ódio ou de manifesta incitações antidemocráticas e anti-republicanas, o resultado prático e (i)mediato disso é que a liberdade seja, em si, cerceada. Ou seja, a possibilidade de falar o impronunciável literalmente leva ao contexto em que sequer o mais simples pronunciável poderá ser falado.

20. E é justamente por essa constatação do nosso pernicioso passado que esse tipo de discurso não é mais admitido em quase a totalidade dos países ocidentais democráticos. Até mesmo naqueles mais afetos à cultura do respeito às máximas liberdades, o *hate speech* é discutido a nível profundo, certamente não estando dentro do leque de possibilidades de um Presidente da República incentivá-lo.

21. Dessa forma, é dentro desse cenário de, isso sim, absoluta *comoção* social e jurídica com a estapafúrdia decisão do Presidente da República de se portar como incentivador de caos institucional e de desrespeito à competência constitucional penal do Supremo Tribunal Federal do Brasil, que se insere a presente arguição, cujo objetivo é tão somente o de restabelecer o curso natural do funcionamento das instituições, sem chancelas às tentativas de *virada de mesa do jogo constitucional* por quem quer que seja.

22. O mesmo Presidente que sempre clamou pela animosidade institucional contra o Judiciário e contra alguns setores do Parlamento é aquele que, se não for parado, não aceitará eventual resultado de pleitos eleitorais em outubro. Infelizmente, não se pode perder a janela



de oportunidade de tentar arrefecer essa espécie de comportamento abusivo e inconstitucional do mandatário máximo da República, sob pena de ser tarde demais.

23. São esses os breves fatos que merecem relato, cujas consequências jurídicas serão a seguir relatadas, delineando-se sua intrínseca incompatibilidade com preceitos fundamentais da Constituição, a merecer a rápida e efetiva atuação deste juízo.

II. DA LEGITIMIDADE ATIVA E DO CABIMENTO DA ADPF

24. *Em primeiro lugar*, a grei arguente é partido político (anexo 1)³ com representação no Congresso Nacional. Sua bancada, como é público e notório e, nessa condição, dispensa prova, na forma do art. 374, I, do CPC, é composta pela deputada federal Joênia Wapichana (REDE-RR)⁴, pelo deputado federal Túlio Gadêlha (REDE-PE)⁵ e pelo senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)⁶.

25. Desse modo, na forma do artigo 2º, I, da Lei 9.882/99, c/c artigo 103, VIII, da Constituição, é parte legítima para propor a presente ação.

26. Ademais, nos termos da jurisprudência do STF⁷, o partido político com representação no Congresso Nacional possui legitimidade universal para o ajuizamento de ações do controle concentrado de constitucionalidade, não havendo necessidade de se avaliar a pertinência temática.

27. *Em segundo lugar*, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, prevista

³ Disponível em < <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/rede> >. Acesso em 22/04/2022.

⁴ Disponível em < <https://www.camara.leg.br/deputados/204468> >. Acesso em 22/04/2022.

⁵ Disponível em < <https://www.camara.leg.br/deputados/157130> >. Acesso em 22/04/2022.

⁶ Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio> >. Acesso em 22/04/2022.

⁷ Por exemplo, ADI 1096 MC, Relator(a):Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 16/03/1995, DJ 22-09-1995 PP-30589 EMENTA VOL-01801-01 PP-00085

no art. 102, § 1º, da Constituição Federal⁸, e regulamentada pela Lei 9.882/99, terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público ou quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição (art. 1º, caput, e § 1º, I).

28. Para o seu cabimento, é necessário que exista ato do Poder Público, que este cause lesão ou ameaça a preceito fundamental da Constituição e que não haja nenhum outro instrumento apto a sanar essa lesão ou ameaça.

29. Esses requisitos estão plenamente configurados no presente caso, como se verá a seguir.

30. Não há dúvida de que o ato questionado se qualifica como “ato do Poder Público”. Afinal, trata-se de Decreto do Presidente da República – ou seja, ato administrativo, passível de controle de constitucionalidade se desrespeitados pressupostos constitucionais basilares, como no presente caso – que concede graça a um indivíduo que foi legitimamente condenado pela Corte Suprema do país.

31. Embora a Constituição e a Lei 9.882/1999 não definam o que se entende por preceito fundamental, o Supremo Tribunal Federal já assentou a “qualidade de preceitos fundamentais da ordem constitucional dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º, dentre outros), dos princípios protegidos por cláusula pétrea (art. 60, § 4º, da CF) e dos ‘princípios sensíveis’ (art. 34, VII)” (ADPF 388, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJe 1º.8.2016).

32. O Decreto questionado viola de forma direta, na medida em que claramente eivado de desvio de finalidade, os princípios da impessoalidade e da moralidade (art. 37, *caput*), basilares da condução da administração pública pelos gestores, sem os quais nos afastamos dos primados mais fundamentais do Estado Brasileiro: o princípio republicano e o fato de nos constituirmos sob o manto de um Estado Democrático de Direito (art. 1º) e dos princípios basilares de sua própria defesa (princípio constitucional sensível insculpido no art.

⁸ § 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

34, VII, “a”, da Constituição Federal).

33. Ainda, no caso específico do instituto da graça constitucional, é também bastante evidente que o histórico do instituto é servir como corolário do Estado Democrático de Direito em sua vertente de proteção humanitária, não servindo como guarida para a proteção de discursos antidemocráticos e incitadores de indevida animosidade social em face das instituições republicanas. Aliás, não pode, sobretudo, servir como um mecanismo de revisão de decisões judiciais, sobretudo aquelas tomadas pela Corte Suprema do país no exercício de sua competência constitucional, o que naturalmente macula a separação de poderes (art. 2º).

34. Por sua vez, em relação ao requisito da subsidiariedade, defende-se a tese, já prefacialmente enunciada, de que a análise deste requisito decorre de enfoque objetivo ou de proteção da ordem constitucional objetiva, nos termos da doutrina especializada:

Em outros termos, o princípio da subsidiariedade - inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão -, contido no §1º do art. 4º da Lei n. 9.882, de 1999, há de ser compreendido no contexto da ordem constitucional global. Nesse sentido, se considera o caráter enfaticamente objetivo do instituto (o que resulta, inclusive, da legitimação ativa), meio eficaz de sanar a lesão parece ser aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata. Assim, a Lei 9.882 exige como condição de possibilidade da ADPF, o esgotamento de todos os meios para o saneamento do ato lesivo (§1º do art. 4º). **Conforme posição firmada pelo STF na ADPF n. 33, os meios a serem esgotados para que se admita a ADPF são aqueles do controle concentrado.** A existência de processos ordinários e recursos extraordinários não deve excluir, a priori, a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental, em virtude da feição marcadamente objetiva dessa ação.⁹

35. No mesmo sentido, há diversos julgados desse Eg. STF. A título meramente

⁹ CANOTILHO, J. J. GOMES; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang Sarlet e STRECK, Lenio Luiz. Coordenação Científica. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 1499.

exemplificativo, confira-se¹⁰:

13. Princípio da subsidiariedade (art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99): inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão, compreendido no contexto da ordem constitucional global, como aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata. 14. A existência de processos ordinários e recursos extraordinários não deve excluir, a priori, a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental, em virtude da feição marcadamente objetiva desta ação.

36. Precedente significativo no entendimento quanto à análise da subsidiariedade é a ADPF 601, em que o Ministro Gilmar Mendes deferiu o pedido, desta mesma Grei Arguente, em defesa do jornalista Glenn Greenwald pelo exercício da plena liberdade de imprensa. Destaca-se da decisão¹¹ a análise da subsidiariedade feita pelo Ministro:

Entendo, nesse juízo preliminar, que a presente arguição atende aos requisitos para seu conhecimento.

A arguição foi proposta por legitimado universal, partido político com representação no Congresso Nacional.

O próprio princípio da subsidiariedade, desenvolvido pela jurisprudência desta Corte, encontra-se atendido, uma vez que inexistente outra ação de controle objetivo apta a fazer sanar a lesão apontada.

O preceito fundamental cujo descumprimento se argui é o direito fundamental à liberdade de expressão, liberdade de informação e liberdade de imprensa (art. 5º, incisos IV e IX, e art. 220 da CF).

É importante destacar que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental foi criada para preencher um espaço residual expressivo no controle concentrado de constitucionalidade, que antes só poderia ser tutelado pelo sistema de controle difuso.

¹⁰ ADPF 33, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 07/12/2005, DJ 27-10-2006 PP-00031 EMENT VOL-02253-01 PP-00001 RTJ VOL-00199-03 PP-00873.

¹¹ Disponível em < <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/adpf601MC.pdf> >. Acesso em 5/6/20.

Conforme já destaquei em âmbito acadêmico, **a ADPF foi instituída para suprir “esse espaço, imune à aplicação do sistema direto de controle de constitucionalidade, que tem sido responsável pela repetição de processos, pela demora na definição de decisões sobre importantes controvérsias constitucionais e pelo fenômeno social e jurídico da chamada ‘guerra de liminares’”** (MENDES, Gilmar Ferreira. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: comentários à Lei n. 9.882, de 3.12.1999. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 19).

No âmbito da jurisprudência, registrei que a admissibilidade da ação se encontra vinculado “à relevância do interesse público presente no caso”, de modo que a “ADPF configura modalidade de integração entre os modelos de perfil difuso e concentrado no Supremo Tribunal Federal” (ADPF 33/PA, Tribunal Pleno, de minha Relatoria, j. 7.12.2005).

No caso, o preceito fundamental cujo descumprimento se argui é o direito fundamental à liberdade de expressão, liberdade de informação e liberdade de imprensa (art. 5º, incisos IV e IX e art. 220 da CF), instrumentos essenciais à própria manutenção do sistema democrático e republicano previsto pelo art. 1º da Constituição Federal que constituem as bases do Estado de Direito.

A relevância desses direitos encontra-se estabelecida na própria jurisprudência desta Corte, que tratou do tema em inúmeros precedentes de controle concentrado ou difuso, como a ADPF 130, o RE 511.961, a Rcl. 21504, o Inq 870, a Rcl 19.464, dentre tantos outros.

As discussões tratadas nesses precedentes, que envolvem a criminalização de atividades jornalísticas, a quebra do sigilo telefônicos, fiscais, bancários e das fontes dos profissionais da imprensa, evidencia a **inegável importância do tema e a necessidade de o STF estabelecer parâmetros e diretrizes interpretativos-constitucionais com eficácia erga omnes.**

A fundada suspeita sobre a instauração de investigações sigilosas por parte de altas autoridades da República, ao arrepio da Constituição, com a tentativa de supressão de trabalho jornalístico de interesse nacional, reforça o cabimento dessa ação, **tendo em vista o risco de repetição desses comportamentos em casos de menor importância e nas esferas locais.**

Destaque-se que o art. 1º da Lei 9.882/99 prevê a possibilidade de ajuizamento de ADPF para “evitar lesão a preceito fundamental”, sendo cabível inclusive para o controle da omissão estatal.

Desta feita, **uma vez delimitado o ato objeto de controle, e ante a existência de relevante controvérsia constitucional, de inegável interesse público, entendo que a ação deve ser conhecida.**

[grifos próprios]

37. Nesses termos, permite-se ao STF a decisão célere sobre questões eminentemente constitucionais, impedindo a extensão dos danos aos preceitos fundamentais. Afinal, evidentemente, o Ato – Decreto s/n de 21/04/2020, que concedeu graça constitucional ao Deputado Federal Daniel Lucio da Silveira – não pode ser questionado por ADI ou qualquer outro instrumento de controle concentrado de constitucionalidade. Cabível, desta forma, a ADPF, à luz do princípio da subsidiariedade, lida aqui como a impossibilidade de impugnação por qualquer outro mecanismo hábil de controle judicial em tempo razoável e de modo efetivo, sobretudo se se tratar de ações de controle objetivo de constitucionalidade (ADO, ADI, ADI Interventiva, ADC).

38. Quanto ao alcance da presente arguição, impugna-se, de forma imediata, o Decreto s/n de 21/04/2020, que concedeu graça constitucional ao Deputado Federal Daniel Lucio da Silveira, em sua inteireza, na medida em que todos os seus dispositivos padecem dos mesmos vícios.

39. Não é crível, Excelência, com a devida vênia, que se pretenda ceifar com tanta ousadia a possibilidade de vida harmônica e permeada por paz no nosso país. A Rede Sustentabilidade não pode coadunar com essa espécie de *modus operandi* destinado a eliminar um parâmetro mínimo de resguardo das instituições democráticas e republicanas brasileiras. Se o Presidente, na sua expressão *preferida*, joga fora das “4 linhas da Constituição”, não podem os demais atores constitucionais fundamentais para a constituição do Estado brasileiro coadunar com e ratificar tal comportamento. Devem, isso sim, desempenhar todas as funções a seu alcance para anular o ato inconstitucional, evitando que se torne a *nova moda*.

40. Desafiar a higidez institucional não é mais cabível dentro do ordenamento constitucional brasileiro. Nenhum cidadão pode fazê-lo. Quanto mais um parlamentar federal,

razão por que foi condenado. E, ainda pior, o Presidente da República, que ignorou deliberadamente o alinhamento das vontades institucionais do Ministério Público Federal, por meio de seu Procurador-Geral da República – que ofereceu a denúncia no exercício de seu múnus constitucional de titular da ação penal, mas também de fiel defensor da ordem jurídica e do regime democrático –, e do Poder Judiciário, por meio de sua Corte Suprema.

41. O Presidente da República não pode tomar medidas inconstitucionais a seu bel prazer, sob o único pretexto de satisfazer suas vontades pessoais de fazer acenos indevidos às suas bases eleitorais. Do contrário, seria melhor reconhecermos, de logo, a volta a um Estado tirano, em que a vontade que impera é a de seu comandante, sem existirem direitos fundamentais oponíveis às pretensões autoritárias do governante. Não há, espera-se, espaço para isso em 2022.

III. DA AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO CONDENATÓRIA

42. *Preliminarmente*, cumpre ressaltar que o Decreto Presidencial objeto da presente Arguição deve ser declarado nulo, pois concedeu graça constitucional a indivíduo que ainda não foi condenado por decisão judicial transitada em julgado.

43. Com efeito, o julgamento da Ação Penal (AP) 1044 foi realizado no dia 20/04/2022. O voto do Eminentíssimo relator Ministro Alexandre de Moraes foi seguido por outros 8 (oito) Ministros, que decidiram pela condenação o Deputado Federal Daniel Silveira a 8 (oito) anos e 9 (nove) meses de reclusão, em regime inicial fechado, por crimes de ameaça ao Estado Democrático de Direito e coação no curso do processo. A condenação abrange, ainda, 35 dias-multa no valor de cinco salários mínimos, corrigidos monetariamente na data do pagamento (R\$ 212 mil, em valores atuais).

44. Não obstante a conclusão do julgamento ter se dado na última quarta-feira, o Presidente da República — afoito para realizar um aceno aos seus eleitores em véspera de

período eleitoral e, assim, receber os aplausos de sua claque por mais um ato que tensiona a um nível inaceitável as relações institucionais entre os Poderes —, **no dia imediatamente posterior**, no feriado de Tiradentes, publicou Decreto Presidencial concedendo graça ao referido Deputado, seu aliado político e particular.

45. O referido Decreto é expresso em mencionar que a graça constitucional foi concedida ao Sr. Daniel Lucio da Silveira, Deputado Federal, “condenado pelo Supremo Tribunal Federal, em 20 de abril de 2022, no âmbito da Ação Penal nº 1.044”.

46. Ocorre, Excelência, como é evidente, que **ainda não houve o trânsito em julgado da aludida decisão condenatória** — *sequer houve a publicação oficial do resultado do julgamento ocorrido em 20/04/2022.*

47. Ora, como conceder graça constitucional, extinguindo os efeitos da punibilidade penal, quando **ainda não há pena a ser cumprida**, considerando ainda não ter ocorrido o trânsito em julgado?

48. A possibilidade de as partes — tanto o Ministério Público quanto o réu — interpirem recurso contra a decisão proferida na última quarta-feira, com possível modificação dos seus termos, denota que ainda não se esgotou o rito processual no âmbito da Ação Penal em epígrafe.

49. **Não havendo, ainda, decisão condenatória transitada em julgado, não há que se falar em efeitos da punibilidade penal a serem objeto de graça constitucional.** Portanto, é patente o vício de ordem formal no Decreto Presidencial, por não haver objeto para a concessão de graça constitucional, devendo o ato impugnado com a presente Arguição ser declarado **nulo**, sob pena de se tratar a graça concedida em legítimo salvo-conduto, já que sequer há condenação definitiva.

IV. DO MÉRITO: DA MANIFESTA VIOLAÇÃO A PRECEITOS FUNDAMENTAIS INSCULPIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

50. Adentrando no mérito da questão, impende ressaltar, *em primeiro lugar*, a patente violação aos preceitos fundamentais da impessoalidade e da moralidade, os quais devem reger a atuação da administração pública, com espeque no comando gravado no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

51. Para que não restem dúvidas, é necessário descrever, ainda que de forma sucinta, a relação entre o beneficiário da graça constitucional ora atacada e o Presidente da República. Conforme informações sintetizadas pelo portal Uol¹², o Sr. Daniel Lucio da Silveira foi eleito para o cargo de Deputado Federal nas eleições de 2018, integrando o mesmo partido (PSL — Partido Social Liberal) de Jair Messias Bolsonaro, então candidato ao Palácio do Planalto.

52. A ligação com aquele que viria a ocupar o cargo de Chefe do Poder Executivo Federal não se limitava à filiação ao mesmo partido político: Daniel Silveira integrou, durante a disputa eleitoral, o grupo dos chamados “bolsonaristas” radicais. Com a defesa de pautas similares às do candidato Jair Messias Bolsonaro, tal como a flexibilização do porte de armas, e a mimetização de comportamentos agressivos e violentos, Silveira se elegeu Deputado, após ganhar notoriedade pública ao quebrar uma placa com o nome da vereadora Marielle Franco, assassinada em março daquele ano.

53. Mesmo após eleito, Daniel Silveira se manteve entre o grupo de parlamentares que ferrenhamente defendem o atual Presidente da República — fato que o fez ganhar o apreço pessoal do mandatário máximo do Poder Executivo no âmbito da União. O alinhamento de discursos entre ambos também alcançava os constantes ataques ao Supremo Tribunal Federal e às demais instituições da República.

54. Agindo no compasso dos movimentos políticos do Presidente da República Jair

¹²

Disponível

em:

<<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/04/20/stf-condena-daniel-silveira-a-8-anos-de-prisao-entenda-o-que-acontece-agora.htm>>. Acesso em 22.04.2022.

Messias Bolsonaro, o Deputado Federal Daniel Silveira, porém, elevou o tom contra os Ministros da Corte Constitucional a um nível absolutamente abjeto, criminoso e que coloca em perigo não só as referidas autoridades, como também o Estado Democrático de Direito.

55. É evidente que essa atuação do parlamentar se deu não só pela confiança na proteção conferida pela imunidade parlamentar, mas também — e principalmente — pelo sentimento de respaldo na relação pessoal com o Chefe do Executivo. Essa relação, inclusive, levou o Presidente da República a sair publicamente em defesa do Deputado Federal em diversas oportunidades, durante o curso da ação penal que levou à condenação do parlamentar perante este STF.

56. Como exemplo, é possível citar a fala do Presidente Bolsonaro em defesa de Silveira, durante evento ocorrido em 31/03/2022:

“Não podemos aceitar o que vem acontecendo passivamente. Ele (Daniel Silveira) pode ser preso? Deixa para lá. Pode ter os bens retidos? Deixa para lá. Vai chegar em você”, discursou Bolsonaro.

O presidente disse que o caminho mais fácil seria dizer para o deputado cuidar da vida dele. “Alguns me pedem calma, que espere o momento oportuno. Calma é o c****. É muito fácil dizer para o Daniel Silveira: ‘cuida da tua vida’. Não vou falar isso”, defendeu.¹³

57. Justamente pelas defesas públicas do Presidente da República e do alinhamento às suas bandeiras de ataque e violência às instituições, Daniel Silveira se tornou uma espécie de ídolo para os apoiadores do Chefe do Executivo Federal.

58. De acordo com matéria publicada pela revista Veja¹⁴, o Deputado, durante o julgamento ocorrido no último dia 20, no âmbito da ação penal em que responde neste Supremo, contou com o apoio de boa parte da base governista, principalmente aquela

¹³ Disponível em:

<<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/bolsonaro-defende-daniel-silveira-e-diz-que-no-pode-aceitar-decises-passivamente.ghtml>>. Acesso em 22.04.2022.

¹⁴ Disponível em:

<<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/quem-sao-os-maiores-defensores-de-daniel-silveira-nas-redes-sociais/>>. Acesso em 22.04.2022.



composta pelos simpatizantes mais radicais do Presidente Jair Bolsonaro.

Neste dia do julgamento, vários desses bolsonaristas foram às redes sociais para demonstrar solidariedade a Silveira. Foi o caso do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do presidente da República, que criticou Moraes por ter multado o advogado de Silveira em razão de um suposto abuso do direito de recorrer no caso.

Outra que se manifestou foi a deputada federal Bia Kicis (PL-DF). “Hoje pode ser um dos dias mais tristes da nossa tão combatida democracia”, escreveu a parlamentar em sua rede social, onde também colocou a hashtag #ForçaDaniel.

Nos últimos dias, tem sido crescente as críticas desse grupo ao julgamento no STF. A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), outra bolsonarista raiz, chamou as decisões de Moraes relacionadas à ação penal de “inconstitucionais”. Filipe Barros (PL-PR) foi mais um parlamentar aliado do governo que, nas últimas semanas, falou nas redes sociais e no plenário em defesa de Silveira.

59. Daniel Silveira, inclusive, chegou a ter sua trajetória comparada a de Jesus Cristo, por Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente da República¹⁵.

Ainda sem conseguir assimilar o baque da condenação de Daniel Silveira pelo STF nesta quarta, a base bolsonarista foi às redes tecer loas ao deputado. Eduardo Bolsonaro chegou a comparar a trajetória do parlamentar eleito em 2018 com a de Jesus Cristo.

“Nossa maior referência foi o mais perseguido e mesmo assassinado com requintes de tortura. Se essa injustiça aconteceu com Jesus, não seremos nós a vir para a Terra para receber apenas aplausos”, disse.

60. Após o resultado do julgamento e a respectiva condenação do parlamentar, aliados políticos do Presidente da República demonstraram revolta com o posicionamento da Corte e cobraram uma atitude de desrespeito à decisão judicial por parte do Presidente da Câmara dos

¹⁵ Disponível em:

<<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/sem-limites-bolsonarismo-compara-daniel-silveira-a-jesus/>>. Acesso em 22.04.2022.

Deputados¹⁶.

61. Excelência, o contexto narrado acima não pode ser desconsiderado na análise da constitucionalidade do Decreto Presidencial que concedeu graça ao Sr. Daniel Lucio da Silveira, com o objetivo de extinguir a respectiva punibilidade.

62. Não se está aqui a negar a competência do Presidente da República para, nos termos do art. 84, XII, da Carta Magna, conceder graça a indivíduo específico, condenado por sentença judicial, com base na discricionariedade inerente ao direcionamento da política criminal. O que não se pode admitir é que o uso dessa competência seja completamente desvirtuada, de forma que o Presidente da República faça uso dela de forma absolutamente corrompida, visando à obtenção de ganho pessoal com o beneficiamento indevido de aliado político e pessoal.

63. A graça em questão não foi concedida a pessoa qualquer do povo, escolhida segundo parâmetros mínimos de impessoalidade, mas sim a parlamentar que compõe, desde a corrida eleitoral que levou à vitória do Sr. Jair Messias Bolsonaro, a base radical do bolsonarismo. Trata-se de indivíduo que possui relação pessoal com o Presidente da República e seus familiares, defendido publicamente “com unhas e dentes” pelo próprio Chefe do Executivo e por aqueles que integram a sua base de apoio.

64. O **desvio de finalidade**, portanto, é patente: o ato que concedeu a graça no dia seguinte ao resultado do julgamento não foi praticado visando ao interesse público, em respeito aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, mas sim visando ao interesse pessoal do Sr. Jair Messias Bolsonaro, o qual se encontra nas vésperas de disputar uma reeleição ao Palácio do Planalto.

65. Conceder a graça ao Deputado Federal Daniel Silveira, mesmo sabendo se tratar de um ato inconstitucional e que tensiona a um nível inaceitável as relações institucionais, é

¹⁶ Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/politica/sobrou-para-todo-mundo-a-revolta-dos-evangelicos-contra-decisao-do-stf/>.

Acesso em 22.04.2022.

medida que objetiva fazer um aceno à base radical de apoio ao Presidente da República. Mais do que livrar o beneficiário da punibilidade penal, o inconsequente e irresponsável intento é o de desmoralizar o Supremo Tribunal Federal e os seus Ministros.

66. Discricionariedade não pode ser confundida com arbitrariedade. Mesmo as razões de oportunidade e conveniência devem se enquadrar dentro da moldura constitucional e dos ditames do direito público. Afinal, o que deve mover o agente do Estado, independente da situação, é o interesse público, do qual não pode ele dispor em hipótese alguma.

67. Cumpre enfatizar: a competência constitucional para que o Presidente da República conceda indulto, graça ou comute pena, nos termos do preceito constitucional, deve ser utilizada visando, sempre, ao interesse público, e, invariavelmente, em observância aos parâmetros estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

68. Com as devidas vênias, Excelência, **assim como a imunidade parlamentar não pode servir de escudo protetivo para práticas de condutas ilícitas, também não se pode admitir que a prerrogativa de o Presidente da República conceder graça sirva para acobertar aliado político e particular da justa pena estabelecida pelo Poder Judiciário.**

69. Vale transcrever, sobre o tema, trecho do voto vencedor proferido pelo Eminentíssimo Ministro Alexandre de Moraes, no âmbito da ADI 5874/DF¹⁷, ao tratar sobre a concessão de indulto presidencial — figura jurídica que se encontra no mesmo âmbito de competência e cujos efeitos penais são semelhantes aos da graça constitucional:

A análise da constitucionalidade do Decreto de Indulto deverá, igualmente, verificar a realidade dos fatos e também a coerência lógica da decisão discricionária com os fatos. Se ausente a coerência, o indulto estará viciado por infringência ao ordenamento jurídico constitucional e, mais especificamente, ao princípio da proibição da arbitrariedade dos poderes públicos que impede o extravasamento dos limites razoáveis da discricionariedade, evitando que se converta em causa de decisões desprovidas de justificação fática e, conseqüentemente, arbitrárias (TOMAS-RAMON FERNÁNDEZ. Arbitrariedad y discrecionalidad. Madri: Civitas, 1991. p. 115).

A opção conveniente e oportuna para a edição do Decreto de Indulto deve ser feita legal e moralmente pelo Presidente da República, e somente sua

¹⁷ Disponível em <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754291421>>. Acesso em 22.04.2022.

constitucionalidade deve ser apreciada pelo Poder Judiciário, conforme teoria já consagrada em relação a todos os atos discricionários do Poder Público (RENÉ CHAPUS. Droit administratif général 6. ed. Paris: Montchrestien, 1992, t. 1, p. 775). Esta SUPREMA CORTE tem o dever de analisar se as normas contidas no Decreto de Indulto, no exercício do caráter discricionário do Presidente da República, estão vinculadas ao império constitucional

70. Não se espera, com a presente Arguição, que o Poder Judiciário invada e ingresse na esfera de mérito administrativo do Presidente da República, substituindo a sua competência constitucional, mas sim que declare a nulidade de ato arbitrário praticado visando a fim diferente do interesse público e que ultrapassa a moldura imposta pela Constituição. Afinal, nas palavras exaradas pelo próprio Ministro Alexandre de Moraes em tal ADI, “**a razoabilidade engloba a prudência, a proporção, a indiscriminação à proteção, a proporcionalidade, a causalidade, em suma, a não arbitrariedade perante o texto constitucional**”, critérios que, em sua integralidade, não foram respeitados no presente caso.

71. Com efeito, nenhum Chefe do Poder Executivo, em qualquer de suas esferas, é dono da condução dos destinos do país; na verdade, ostenta papel de simples mandatário da vontade popular, a qual deve ser seguida em consonância com os princípios constitucionais explícitos e implícitos, entre eles a probidade e a moralidade no trato do interesse público “lato sensu”.

72. O princípio da moralidade pauta qualquer ato administrativo, inclusive a concessão de graça, indulto ou comutação de pena — o que, em tese, se circunscreve na autonomia do Presidente da República; mas desde que não haja violação às normas constitucionais, o que não é o caso —, de maneira a impedir que sejam conspurcados os predicados da honestidade, da probidade e da boa-fé no trato da “*res publica*”.

73. Com efeito, apesar de ser atribuição privativa do Presidente da República, o ato que concede a graça deve passar pelo crivo dos princípios constitucionais, mais notadamente os da moralidade e da impessoalidade (interpretação sistemática da legislação e da Constituição Federal).

74. A propósito, parece especialmente ilustrativa a lição de Manuel Atienza e Juan Ruiz

Manero, na obra “Ilícitos Atípicos”. Dizem os autores, a propósito dessa categoria: “Os ilícitos atípicos são ações que, prima facie, estão permitidas por uma regra, mas que, uma vez consideradas todas as circunstâncias, devem considerar-se proibidas”. (ATIENZA, Manuel; MANERO, Juan Rui. Ilícitos Atípicos. 2ª ed. Madrid: Editorial Trotta, 2006, p. 12).

75. E por que devem ser consideradas proibidas? Porque, a despeito de sua aparência de legalidade, porque, a despeito de estarem, à primeira vista, em conformidade com uma regra, destoam da razão que a justifica, escapam ao princípio e ao interesse que lhe é subjacente. Trata-se simplesmente de garantir coerência valorativa ou justificativa ao sistema jurídico e de apartar, com clareza, discricionariedade de arbitrariedade.

76. O mesmo raciocínio abarca os três institutos bem conhecidos da nossa doutrina: abuso de direito, fraude à lei e desvio de finalidade/poder. Todos são ilícitos atípicos e têm em comum os seguintes elementos: 1) a existência de ação que, prima facie, estaria em conformidade com uma regra jurídica; 2) a produção de um resultado danoso como consequência, intencional ou não, da ação; 3) o caráter injustificado do resultado danoso, à luz dos princípios jurídicos aplicáveis ao caso e 4) o estabelecimento de uma segunda regra que limita o alcance da primeira para qualificar como proibidos os comportamentos que antes se apresentavam travestidos de legalidade.

77. Especificamente nos casos de desvio de finalidade, o que se tem é a adoção de uma conduta que aparenta estar em conformidade com uma certa regra que confere poder à autoridade (regra de competência), mas que, ao fim, conduz a resultados absolutamente incompatíveis com o escopo constitucional desse mandamento e, por isso, é tida como ilícita.

78. Nos termos da própria jurisprudência do Eg. STF, o desvio de finalidade tem como referência conceitual a ideia de deturpação do dever-poder atribuído a determinado agente público que, embora atue aparentemente dentro dos limites de sua atribuição institucional, mobiliza a sua atuação à finalidade não imposta, ou não desejada pela ordem jurídica, ou pelo interesse público.

79. Nas brilhantes palavras de Hely Lopes Meirelles:

O desvio de finalidade ou de poder é, assim, a violação ideológica da lei, ou, por outras palavras, a violação moral da lei, colimando o administrador público fins não queridos pelo legislador, ou utilizando motivos e meios imorais para a prática de um ato administrativo aparentemente legal. Tais desvios ocorrem, p. ex., quando a autoridade pública decreta uma desapropriação alegando utilidade pública mas visando, na realidade, a satisfazer interesse pessoal próprio ou favorecer algum particular com a subsequente transferência do bem expropriado; ou quando outorga uma permissão sem interesse coletivo; quando classifica um concorrente por favoritismo, sem atender aos fins objetivados pela licitação; ou, ainda, quando adquire tipo de veículo com características incompatíveis com a natureza do serviço a que se destinava.

80. Por sua vez, Odete Medauar conceitua desvio de finalidade, chamando-o também de defeito de fim e desvio de poder, da seguinte forma: “O defeito de fim, denominado desvio de poder ou desvio de finalidade, verifica-se quando o agente pratica ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência”.

81. Dessa forma, vê-se que a legalidade do ato administrativo não é composta exclusivamente de fatores externos ao ato relacionados com a competência, a forma ou o objeto. A legalidade se interioriza nos motivos e, sobretudo, nos fins prescritos à autoridade administrativa. O requisito da finalidade é a disciplina principal do ato em relação ao interesse público. A Administração não pode agir, imprecisamente, segundo a veleidade ou o capricho do agente público. A Administração deve sempre visar a um objetivo prefixado na sua competência própria.

82. A finalidade vincula permanentemente a conduta administrativa e se a lei permite discricionariedade no tocante à escolha dos motivos ou à determinação do objeto, o mesmo não ocorre em relação ao fim, pois a atribuição de um órgão administrativo pressupõe uma destinação explícita ou implícita na regra de competência.

83. A imposição legal de um fim previamente consagrado representa um limite ao poder discricionário, à capacidade de opção do administrador. A inobservância da finalidade pressuposta do ato vicia-o irremediavelmente, eliminando qualquer efeito jurídico, exceto, subsidiariamente, o de responsabilizar o Estado e o Servidor. Desta forma, não é possível

ilidir o fim legal do ato substituindo-o por outro fim público ou privado. Não é a qualidade do fim, mas a sua natureza legal que legitima a prática administrativa.

84. Em uma leitura mais restritiva, admite-se a conjugação da finalidade legal da competência com outro qualquer fim, de ordem pública ou privada. Isso não invalida o ato. Assim, além de atender à finalidade legal, a autoridade administrativa pode atender com o mesmo ato a quaisquer outros fins públicos ou privados. Não basta, portanto, provar a existência de uma finalidade alheia à previsão da lei: é necessário expor, meridianamente, a ausência do interesse público específico em virtude do qual foi conferida à autoridade administrativa a finalidade discricionária.

85. Nota-se, portanto, por essa linha de leitura, que a prova da existência de uma finalidade alheia à previsão da lei, por si, não é fundamento para se invalidar o ato administrativo por desvio de finalidade, mas, pelo contrário, exige-se a demonstração de ausência total do interesse público específico em virtude do qual foi conferida à autoridade administrativa a competência discricionária.

86. Aplicando essas noções ao caso em tela, tem-se que o Presidente da República praticou e praticará conduta que, a priori, estaria em conformidade com a atribuição que lhe conferem a lei e a Constituição — conceder graça, indulto ou comutação de pena. Mas, ao fazê-lo, produziu resultado concreto de todo incompatível com a ordem constitucional em vigor: almejou obter ganho pessoal indevido e beneficiar, ao arrepio dos ditames constitucionais, aliado político e particular.

87. Não importam os motivos subjetivos de quem pratica o ato ilícito. O vício, o ilícito, tem natureza objetiva. A bem dizer, a comprovação dos motivos subjetivos que impeliram a mandatária à prática, no caso em tela, configura elemento a mais a indicar a presença do vício em questão, isto é, do desvio de finalidade. O que se tem, em verdade, é que o contexto em que o ato foi praticado revela claramente o intuito do Presidente de fraudar a Constituição.

88. Também há manifesta e clara violação à moralidade administrativa. A Constituição

Federal de 1988, ao eleger a moralidade como um dos princípios basilares da Administração Pública, privilegiando a condução ética da *res publica*.

89. A preocupação com a moralidade ganhou tanta ênfase que foi aprovada a Lei 8.429/1992, que aborda as devidas sanções aplicáveis aos agentes públicos por improbidade administrativa. Essa lei proporcionou uma base sólida às exigências impostas pelo princípio da moralidade.

90. No mesmo sentido, após o processo de impeachment presidencial vivido no final 1992, a Emenda Constitucional de Revisão 4/1994 ampliou ainda mais seu âmbito de proteção, ao acrescer a sua necessária observância para o exercício de mandato eletivo. Veja-se:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: [...]
§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

91. Ao se comparar a redação revisada com aquela originalmente prevista pelo legislador constituinte, vê-se claramente que o constituinte revisional se preocupou com a probidade administrativa e com a moralidade para o exercício do mandato, inclusive com análise da vida pregressa do candidato.

92. Com efeito, o princípio da moralidade pauta qualquer ato administrativo, inclusive — e não teria justo motivo para ser diferente — atos de concessão de graça, indulto ou comutação de pena, de maneira a impedir que sejam conspurcados os predicados da honestidade, da probidade e da boa-fé no trato da “*res publica*”. Não por outra razão, o *caput* do art. 37, da Constituição, indica a *moralis* como diretriz administrativa. Reitera-se:

Art. 37. A **administração pública direta** e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios** de legalidade, **impeccabilidade**, **moralidade**, publicidade e eficiência e, também, ao

seguinte:

93. Assim, o conceito de moralidade administrativa é um conceito abstrato, que necessita de delimitação quando em análise de um caso concreto. A doutrina majoritária, a priori, entende ser a moralidade administrativa a lealdade, honestidade e boa-fé com a coisa pública. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello e a forma que a administração procede em relação a seus administrados, com sinceridade, sem comportamentos “eivados de malícia” que possam confundir ou dificultar o exercício dos direitos do cidadão.

94. Já Hely Lopes Meirelles declara que “o agente administrativo, como ser humano dotado de capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o Honesto do Desonesto. E ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético da sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo do injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto”.

95. Com base nessas breves premissas já é possível notar que a conduta do Presidente da República aqui descrita enquadra-se perfeitamente como violadoras da moral administrativa. Afinal, qual é o parâmetro de honestidade de um ato que concede graça, no dia seguinte à decisão condenatória (que sequer foi publicada), a um aliado político e particular? Parece se tratar, com a devida vênia, de um nefasto e vil oportunismo do Sr. Presidente da República, que objetiva unicamente ganhar os aplausos da claque bolsonarista e “enquadrar” o Supremo Tribunal Federal.

96. Portanto, é esse o panorama de notória conduta atentatória à Constituição por parte do Chefe do Poder Executivo Federal. É evidente que não se pode utilizar de atribuições e competências constitucionais para fins deturpados e subjetivos, como se a autoridade fosse *dona* dos poderes garantidos pela Constituição.

97. O perigo é evidente: se a escalada nos abusos e a sanha golpista do Presidente da República não for freada imediatamente, as eleições presidenciais a serem realizadas no presente ano serão marcadas por graves perturbações. O Brasil não merece esse passo atrás.

98. Por sua vez, e *em segundo lugar*, além de se tratar de odiosa manifestação de nítido desvio de finalidade inconstitucional – o que afronta de modo direto os princípios da impessoalidade e moralidade (art. 37, *caput*), além da legalidade atinente ao que se espera dentro de um Estado republicano e democrático de direito (art. 1º) –, é evidente que há também uma clara afronta ao princípio da separação de Poderes.

99. Diz-se isso à luz de que o Presidente da República não pode se portar como uma instância de revisão de decisões judiciais criminais que o desagradam, sob o suposto manto da concessão da graça constitucional. Aliás, o próprio instituto da graça não é, em situações ordinárias, compatível com a dinâmica constitucional, razão por que tende a ser reservado tão somente àquelas circunstâncias realmente humanitárias – que não é o presente caso, diga-se.

100. Com efeito, o fato de se tratar de um benefício dado a único indivíduo atrai inúmeros questionamentos acerca de sua compatibilidade com o primado republicano, segundo o qual os agentes públicos, sobretudo o Presidente da República, devem se pautar pela impessoalidade e pela consecução do interesse público, sem confundi-lo com um pernicioso patrimonialismo – que parece estar presente no cenário ora narrado.

101. Justamente por essa presunção de que a graça não é exatamente, por sua essência individualizadora e discriminatória, compatível com a dinâmica constitucional – diferentemente do indulto, por exemplo, que tende a ser direcionado a um grupo de pessoas que se enquadram em determinada situação abstrata; e, evidentemente, é possível controlar se essa situação é realmente abstrata o suficiente para ser compatível com a Constituição Federal, sem direcionamentos indevidos apenas aos *amigos do Rei* –, ela nunca foi, salvo melhor juízo, usada desde o advento da Constituição de 1988.

102. Até nisso, o Presidente da República *inova* em seu *retorno ao passado* sombrio brasileiro, em que apenas os amigos pessoais do mandatário tinham benefícios. E o fato de o instituto estar insculpido textualmente em um ultrapassado Código de Processo Penal (art. 734), não concebido sob um regime exatamente democrático, denota o traço autoritário do instituto, salvo quando usado exclusivamente para situações humanitárias. Mesmo o CPP,

aliás, prevê, como situação ordinária, que o Presidente da República seja provocado, a partir de terceiros, com o pedido de graça, sendo sua concessão espontânea, segundo a própria construção semântica da lei, uma hipótese residual e extraordinária.

103. Nesse sentido, por mais que se trate de um instituto ainda com previsão constitucional, é evidente que deve ser lido à luz da atual dinâmica social que permeia a construção do pensamento jurídico. Com efeito, Arthur Barrêto de Almeida Costa afirma que “a graça é um instituto que contraria frontalmente o legalismo, por permitir a intrusão de um poder discricionário no direito penal”¹⁸.

104. Estudando as razões para a subsistência do instituto no século XIX no Brasil – o que dirá do ano de 2022 –, o autor identificou “três argumentos que justificavam a existência da misericórdia imperial: conciliar lei abstrata com justiça do caso concreta; reconhecer a expiação da culpa do réu; e corrigir falhas no ordenamento. Um quarto e marginal argumento ainda pode ser observado: a possibilidade de recompensar serviços prestados ao Estado”.

105. Ainda de acordo com o autor, “as críticas ao instituto eram mínimas. Com a república, algumas funções da clemência executiva passam a ser feitas pelo livramento condicional e pela revisão criminal. As críticas aumentam, mas ainda são minoritárias. É possível identificar, ao longo do século XIX, um afastamento da graça do direito constitucional e uma aproximação do direito penal. Também é possível dizer que a graça se adapta bem à cultura jurídica brasileira oitocentista, por causa da sua ligação com o poder moderador, o contexto internacional favorável e a sua utilidade em corrigir falhas legislativas”.

106. Vê-se, com clareza solar, que a graça é, literalmente, um instituto histórico e, hoje, anacrônico, quase sempre incompatível com o que se entende por impessoalidade derivada do primado republicano e base do nosso Estado Democrático de Direito. As únicas exceções atinentes à *misericórdia* presidencial são realmente as demandas humanitárias – como as que

18

Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-481/item/108668-poder-e-punicao-atraves-da-clemencia-o-direito-de-graca-entre-direito-penal-e-constitucional-na-cultura-juridica-brasileira-1824-1924.html>. Acesso em 22/04/2022.

justificaram o indulto do Presidente a doentes terminais, o chamado indulto humanitário. E, ainda assim, não seria fácil justificar o porquê de um doente merecer a *misericórdia* e outro não, dado o caráter intrinsecamente individual da graça.

107. **De toda forma, é evidente que o deputado Daniel Silveira não se enquadra em qualquer dos critérios que poderiam justificar a concessão da graça, sobretudo a humanitária, na medida em que o parlamentar se exhibe em suas redes sociais com uma aparente força pujante – inclusive depredando patrimônio público.**

108. Noutro giro, não há como se falar de falhas no ordenamento ou de expiação de culpa do condenado. Com efeito, a condenação se deu quase de forma unânime pelo mais alto Tribunal do País, sendo que o deputado estava proferindo ofensas pessoais a ministros e à instituição do STF mesmo momentos antes do julgamento. Ou seja, não parece ter havido qualquer real arrependimento a significar uma *purificação da alma* do deputado, mas o contrário: houve uma escalada abrupta e inesperada de sua violência.

109. Nesse sentido, aliás, é de se dizer que **o Presidente da República, com a edição do Decreto, transmite uma mensagem absolutamente temerária à população brasileira: trata-se de um verdadeiro e puro incentivo ao crime. Uma carta branca. Um salvo-conduto apriorístico. Uma garantia de impunidade. A certeza de que, do ponto de vista sistêmico, decisões judiciais que afetarem os seus círculos próximos não subsistirão.**

110. Dentro do contexto em que o Presidente já manifestou seu intento antidemocrático inúmeras vezes, proferindo os mais vis ataques a essa Corte Suprema e a inúmeros parlamentares e partidos políticos, o incentivo parece ganhar ainda mais relevo. Desde que não se trate dos crimes previstos no inciso XLIII do art. 5º da Constituição, o Presidente parece dar a garantia da impunidade. Praticamente chama seus mais fervorosos apoiadores às ruas, para que clamem, novamente, pelo pretense *fechamento do Congresso e do STF*, talvez mesmo sem o *jipe e o cabo*, mas com uma massa inflamada e garantida pela misericórdia do mandatário máximo.

111. Ora, Excelência, a prevalecer esse tipo de comportamento, é quase indicável – e aqui se fala apenas por argumentar, para exibir o caos que o comportamento, do ponto de vista estrutural, pode provocar, sem jamais concordar ou conceder – que o próprio Parlamento e o STF fechem, *per se*, as suas portas, para evitar maior violência. Se incitações de toda ordem são admitidas, o que impede que se passe às vias de fato ou à violência em si, desde que sem configurar terrorismo e crimes hediondos?

112. **As tais quatro linhas da Constituição já parecem ter sido, há muito, cruzadas pelo Presidente da República, que, hoje, tão somente pegou a bola para si e acabou com o jogo institucional, reduzindo a competência constitucional desse Eg. Supremo, infelizmente, a pó.**

113. **Nesse sentido, é bastante claro que o ato administrativo ora questionado é absolutamente incompatível com o preceito fundamental da separação de Poderes, na medida em que submete o Poder Judiciário, autônomo, essencial e soberano em seus julgamentos, ao crivo pessoal do Presidente da República.**

114. **A ser isso possível, da forma como posta no Decreto impugnado, realmente não se veem motivos para que o Judiciário ainda se ocupe de julgamentos criminais, que poderão ser revistos pelo Presidente a qualquer tempo, quase em um exercício do suposto Poder Moderador que tanto aventou no início de seu mandato – ocasião em que pretendia atribuí-lo às Forças Armadas, intermediário que, agora, parece pretender eliminar, avocando o Poder diretamente para si, numa demonstração pura e simples do espírito de *L'État c'est moi*.**

115. ***Em terceiro lugar***, deve-se rememorar que o deputado foi condenado a oito anos e nove meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelos crimes de incitação à abolição violenta do Estado Democrático de Direito (artigo 23, inciso IV, combinado com o artigo 18 da Lei 7.170/1983) e coação no curso do processo (artigo 344 do Código Penal). Ou seja, trata-se de um crime contra a administração pública e de um crime contra a segurança

nacional, hoje chamado de crime contra o Estado Democrático de Direito.

116. Nessa esteira, a Constituição prevê, em uma primeira leitura desatenta e textual, não sensível à real intenção do constituinte, uma aparente diferenciação entre crimes insuscetíveis de graça ou anistia (inciso XLIII do art. 5º) e crimes imprescritíveis (XLIV), reservando os crimes contra a ordem constitucional e o Estado Democrático ao segundo rótulo. Contudo, é evidente que a Constituição, nesse sentido, escreveu menos do que pretendia dizer.

117. **Com efeito, não faz sentido que se proteja a sociedade dos crimes contra a ordem constitucional e o Estado Democrático apenas sob o manto da imprescritibilidade – aspecto puramente afeto à possibilidade de se buscar a pretensão punitiva –, mas não sob o manto da insuscetibilidade de graça ou anistia. Afinal, se se aceitar que crimes contra a ordem constitucional e o Estado Democrático sejam posteriormente *perdoados* pela *misericórdia* presidencial, na realidade ordem democrática não há.**

118. **Trata-se de um paradigma em tudo semelhante à admissão de um âmbito de proteção exacerbadamente longo para a liberdade de expressão: se tudo é permitido sob seu manto protetivo, logo nada será permitido. É o paradoxo que permeia o constitucionalismo desde meados do século passado. Se se aceitar qualquer espécie de possibilidade de impunidade nos mais graves crimes – aqueles que realmente põem *de joelhos* o ordenamento posto, buscando a sua subversão –, na prática nenhuma proteção existe.**

119. Nessa linha de raciocínio, é forçoso que se admita que o constituinte, infelizmente, escreveu menos do que pretendeu dizer. É evidente que a tônica da Constituição Cidadã é a de proteção da ordem constitucional e do Estado Democrático, inclusive em decorrência da própria herança recente do período da constituinte. Se se saía de um período com exacerbo autoritário, é fácil concluir que a tônica da *mens legis*, do espírito do constituinte, era, de modo sistemático, a proteção daquilo que conseguia, às custas do suor e sangue de muitos, instituir: um Estado Democrático de Direito, que respeitaria uma ordem constitucional posta.

120. Então, em uma interpretação sistemática, é de se reconhecer que crimes contra o Estado Democrático – tal qual aquele praticado pelo deputado condenado, segundo conclusão muito bem alcançada por essa Colenda Corte – são, também, insuscetíveis de graça. Ou seja, a concessão de graça constitucional é vedada nessas situações, razão por que o Decreto ora impugnado é, evidentemente, incompatível com a dinâmica constitucional posta.

121. Trata-se da única leitura possível à luz de uma visão sistemática do texto constitucional, sobretudo quando se considera, nas adequadas palavras do Ministro Gilmar Mendes, a inexistência de pretensão de completude do ordenamento constitucional, havendo sempre uma flexibilidade necessária para sua constante melhoria, inclusive por vias de interpretação constitucional evolutiva.

122. Nessa esteira, e *em quarto e último lugar*, tem-se, aqui, claramente, a **necessidade implícita de autodefesa do Estado Democrático de Direito, na tutela do princípio sensível da democracia. Tal cláusula de garantia torna, teleologicamente, insuscetíveis de graça, indulto ou anistia todos e quaisquer atos antidemocráticos, que, em sua essência, corroeriam os pilares da estrutura do ordenamento jurídico-político brasileiro.**

123. **Admitir o contrário seria consentir com a possibilidade de líderes autoritários incitarem atos atentatórios contra as instituições, reconfortando-os com o prêmio da impunidade. Como já se enunciou preambularmente, essa cláusula de garantia implícita do sistema é essencial, notadamente à luz das ameaças do Presidente de plantão ao pleito eleitoral deste ano. Admitir a graça constitucional em casos tais seria um incentivo adicional ao atentando institucional prometido veladamente pelo Presidente às eleições deste exercício.**

124. E evidência dessa insuscetibilidade à graça de crimes tais é o clausulado nos incisos XLIII e XLIV do art. 5º da Constituição. Ademais, os direitos e garantias fundamentais não se interpretam restritivamente, sendo a própria Carta Cidadã textualmente expressa em sinalizar esse caráter não exaustivo de seu catálogo próprio, a conduto do prescrito no art. 5º, § 2º, segundo o qual “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros

decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados”.

125. Em essência e em simples termos: nenhuma serventia teria o Estado Democrático de Direito se, como um sistema, não se mostrasse capaz de se autodefender de investidas autoritárias agasalhadas oportunisticamente sob o pretense manto amplíssimo das ditas liberdades fundamentais negativas.

126. A defesa da ordem democrática, erigida a princípio sensível da ordem pátria (art. 34, VII, “a”), é direito fundamental transindividual, que assegura a todos os brasileiros a convivência em em uma ordem plural, aberta e de tolerância às liberdades civis. Sua observância não está sujeita ao crivo oportunista de lideranças autoritárias que, desviando-se da finalidade própria das excelsas prerrogativas presidenciais, despoticamente rebaixam sua função à indevida clemência com os, nas palavras da Ministra Cármen Lúcia, *cupins* da democracia.

127. Tamanha a sua relevância constitucional, o princípio sensível da ordem democrática avalizaria até mesmo a intervenção federal, em sede de ação direta interventiva, a ser proposta pelo Procurador-Geral da República e julgada por essa Eg. STF.

128. Ora, não se concebe que a racionalidade do Constituinte, que autoriza medida extrema e excepcional dessa natureza, possa conviver com a admissibilidade da graça constitucional aos agentes do autoritarismo, que atuam concretamente para subverter o pacto constitucional.

129. Assim, partindo de todo o cenário fático e jurídico anteriormente descrito, é imperioso que se reconheça a manifesta incompatibilidade do Decreto ora impugnado com alguns dos mais basilares preceitos da Constituição Federal: separação de poderes, primado republicano, respeito ao Estado Democrático de Direito e aos expressos princípios que regem a sua atuação enquanto Administração Pública.

130. Não se vislumbra, dessa forma, solução senão a declaração de nulidade do Decreto, inclusive como medida necessária para o arrefecimento de ânimos de atores que o Presidente da República pretende, infelizmente, inflamar. No pernicioso e infeliz de um Presidente que se preocupa mais em ser um incendiário do que um apaziguador dos ânimos nacionais – buscando soluções para os gravíssimos e estruturais problemas brasileiros, sobretudo a inflação, que faz milhões sofrerem de grave insegurança alimentar –, Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional devem funcionar como os *Bombeiros* da República. Do contrário, não mais teremos uma República Democrática, que certamente são a melhor forma de governo e regime político que conhecemos.

V. DA MEDIDA LIMINAR / CAUTELAR

131. Para além de todos os fundamentos já aqui delineados, também é sucintamente preciso demonstrar que estão presentes os pressupostos para a concessão da medida liminar ora postulada, nos termos do art. 5º, da Lei 9.882/99, ocorrendo, inclusive, a extrema urgência ou perigo de lesão grave que justificam a possibilidade de concessão da liminar monocraticamente pelo relator, *ad referendum* do Tribunal Pleno

132. Por um lado, o *fumus boni juris* está amplamente configurado, diante de todas as razões acima expostas, as quais evidenciam que a edição do Decreto Presidencial, ato administrativo que é, mostra-se incompatível com alguns dos preceitos mais fundamentais da Constituição Federal, sobretudo aqueles atinentes à própria proteção do sistema democrático e republicano.

133. Com efeito, há claro desvio de finalidade na concessão da graça constitucional, o que vai na contramão de consensos constitucionais mínimos estabelecidos pelo primado republicano, sobretudo manifestados nos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade. Ao exercer sua *misericórdia* com um dos seus mais fervorosos apoiadores, certamente o Presidente da República não está munido pela bússola do interesse público, mas

do seu mais vil e torpe interesse egoístico.

134. A seu turno, o Presidente também manifesta seu completo desprezo à lógica do funcionamento do instituto da graça, cujo cabimento constitucional deve ser visto com necessária lupa, dada sua ancestralidade autoritária e centralista de monarquias absolutistas pretéritas. Além disso, despreza a separação de poderes, ao subjugar a competência constitucional do Supremo Tribunal Federal de processar e julgar parlamentares federais por crimes cometidos durante o exercício do mandato. Trata-se da criação de um informal *Poder Moderador*, cujo superpoder *paraconstitucional* que subverte a lógica constitucional posta.

135. O *periculum in mora*, por seu turno, consubstancia-se nos efeitos imediatos da concessão da graça. Por mais que não se cogitasse, de imediato, das restrições da pena privativa de liberdade imposta ao deputado – o que demandaria, *a priori*, o trânsito em julgado da decisão –, é certo que há um importante efeito pedagógico e simbólico da condenação. Mas há, também, efeito maior ainda no *perdão* presidencial.

136. E, aqui, trata-se de um efeito extremamente deletério: o de incentivar toda espécie de agente antidemocrático a vestir a camisa de seu pleito e efetivamente passar a cometer crimes de toda ordem contra o Estado Democrático e contra a ordem constitucional, justamente na certeza de que o Presidente da República concederá o indulto ou a graça a todos os envolvidos no cenário de delinquência criminosa.

137. É preciso, então, agir com rapidez, para impedir que se consume tamanha afronta à Constituição e ao ordenamento jurídico brasileiro. E, no caso, não se trata de mera afronta a normas despiciendas: a denotação prática aqui é notória, pois, se nada for feito, certamente o Presidente da República terá maior chance de concretizar sua antiga e já conhecida vontade se perpetuar no poder, inobstante os meios para tanto e, literalmente, *custe o que custar*.

138. Os mesmos fatos, por sua gravidade manifesta, também justificam a extrema urgência ou perigo de lesão grave, aptos a permitir a concessão de liminar pelo relator (art. 5º, § 1º, da

Lei 9.882/99.

139. Nesse cenário de extrema urgência e perigo de gravíssima lesão, a arguente postula a concessão da medida liminar pelo relator, *ad referendum* do Tribunal Pleno, como faculta o art. 5º, § 1º, da Lei 9.882/99, para que seja suspenso o Decreto s/n do Presidente da República de 21/04/2022, que concedeu, de modo claramente incompatível com preceitos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, graça constitucional a Daniel Lucio da Silveira.

VI. DO PEDIDO DEFINITIVO

140. Diante do exposto, requer:

- a) O deferimento da medida liminar pelo relator, a ser referendada pelo Plenário, já que presentes os requisitos previstos no artigo 5º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, para suspender os efeitos do Decreto s/n do Presidente da República de 21/04/2022, publicado no DOU de 21/04/2020, que concedeu “graça constitucional a Daniel Lucio da Silveira, Deputado Federal, condenado pelo Supremo Tribunal Federal, em 20 de abril de 2022, no âmbito da Ação Penal nº 1.044, à pena de oito anos e nove meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos: I - no inciso IV do caput do art. 23, combinado com o art. 18 da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983; e II - no art. 344 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal”;
- i. Subsidiariamente, caso não se reconheça, de plano, a incompatibilidade *in totum* do Decreto com os preceitos fundamentais constitucionais descritos, que se reconheça, ao menos, a manutenção de todos os efeitos extrapenais da condenação criminal que não a aplicação da pena privativa de liberdade e de multa, sobretudo para se manter a condição



de inelegibilidade de Daniel Lucio da Silveira, por ter sido condenado pela prática de crime contra a administração pública (art. 344 do CP c/c art. 1º, I, “e”, 1, da Lei Complementar nº 64/1990);

b) Após a concessão da liminar, a oitiva do Presidente da República, autoridade responsável pela edição do ato ora impugnado, bem como da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República; e

c) O julgamento pela procedência desta Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, para declarar a incompatibilidade do Decreto s/n do Presidente da República de 21/04/2022, publicado no DOU de 21/04/2020, que concedeu “graça constitucional a Daniel Lucio da Silveira, Deputado Federal, condenado pelo Supremo Tribunal Federal, em 20 de abril de 2022, no âmbito da Ação Penal nº 1.044, à pena de oito anos e nove meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos: I - no inciso IV do caput do art. 23, combinado com o art. 18 da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983; e II - no art. 344 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal”, com todos os preceitos fundamentais citados.

141. Termos em que pede e espera o deferimento.

Brasília-DF, 22 de abril de 2022.

FLÁVIA CALADO PEREIRA
OAB/AP nº 3.864



SUMÁRIO DE DOCUMENTOS

DOC 1 - Certidão da Comissão Executiva da REDE;

DOC 2 - Estatuto Partidário da REDE;

DOC 3 - Procuração; e

DOC 4 - Cópia do ato impugnado (Decreto s/n do Presidente da República de 21/04/2022, publicado no DOU de 21/04/2020, que concedeu “graça constitucional a Daniel Lucio da Silveira, Deputado Federal, condenado pelo Supremo Tribunal Federal, em 20 de abril de 2022, no âmbito da Ação Penal nº 1.044, à pena de oito anos e nove meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos: I - no inciso IV do caput do art. 23, combinado com o art. 18 da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983; e II - no art. 344 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal”).